

CURSO DE DIREITO CIVIL – V. 4 CONTRATOS - 2ª EDIÇÃO (2012)
Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald

Sumário

Palavras Prévias – 2ª edição

Parte I

DOS CONTRATOS EM GERAL

Capítulo I

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

1. O Direito Civil Constitucional
 - 1.1. O Direito Civil na Feição Liberal
 - 1.2. A Humanização do Direito Civil
 - 1.3. A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas
 - 1.4. Perspectivas para o Direito Civil
2. O Contrato e a Constituição Federal
 - 2.1. A Materialização dos Contratos
 - 2.2. A liberdade Contratual hoje: duas vertentes
 - 2.2.1. A liberdade Contratual como binômio autodeterminação/Justiça Contratual
 - 2.2.2. A liberdade Contratual como Elemento da Ordem de Concorrência
 - 2.2.3. A Pluralidade de Dimensões funcionais do Contrato
3. Contrato: Evolução, Conceito, Local e Tempo
 - 3.1. A Evolução e o Conceito do Contrato
 - 3.2. Localização do Contrato no Direito Civil
 - 3.3. O Tempo do Contrato
 - 3.3.1. A Escada Ponteaana
 - 3.3.2. O Direito Intertemporal dos Contratos

Capítulo II

A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A Formação dos Contratos Paritários
 - 1.1. Noções Iniciais
 - 1.2. Estrutura da Formação do Contrato no Código Civil
 - 1.2.1. Negociações Preliminares
 - 1.2.2. Proposta e Aceitação
 - 1.2.3. A Aceitação Tácita e pelo Silêncio
 - 1.3. Tempo e Local de Conclusão do Contrato Paritário
2. A Formação dos Contratos Massificados
 - 2.1. Oferta nos Contratos Cíveis de Adesão
 - 2.2. Formação do Contrato no Código de Defesa do Consumidor
 - 2.3. Formação do Contrato Eletrônico
3. Contrato Preliminar
 - 3.1. Noções Gerais
 - 3.2. Regime Jurídico
 - 3.3. A Promessa de Doação
 - 3.4. A Eficácia Real do Contrato Preliminar
 - 3.5. O Contrato Preliminar Impróprio

Capítulo III

A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL

1. Noções Iniciais
2. O Princípio da Autonomia Privada
 - 2.1. Da Autonomia da Vontade à Autonomia Privada
 - 2.2. A Autonomia Contratual e a Autonomia Existencial
 - 2.3. A Nova Força Obrigatória dos Contratos
 - 2.3.1 O Papel da Lei
 - 2.3.2. O Papel do Juiz
3. O Princípio da Boa-Fé Objetiva
 - 3.1. A Boa-Fé – Histórico
 - 3.2. Noções Preliminares
 - 3.3. A Boa-Fé Como Modelo no Código Civil
 - 3.4. Os Deveres de Conduta
 - 3.4.1. A Função Integrativa da Boa-fé
 - 3.4.2. A Cláusula Geral do Art. 422 do Código Civil
 - 3.4.3. As Funções dos Deveres de Conduta
 - 3.4.4. Violação Positiva do Contrato
 - 3.5. A Boa-Fé e o Abuso do Direito
 - 3.5.1. Limites Internos ao Exercício de Direitos Subjetivos
 - 3.5.2. Categorias de Exercícios Abusivos do Direito
 - 3.6. A Boa-Fé e o Princípio da Solidariedade
 - 3.7. A Boa-Fé e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana
4. A Função Social do Contrato
 - 4.1. A funcionalização do negócio jurídico
 - 4.2. A Função Social do Contrato como Causa do Negócio Jurídico
 - 4.3. A Função Social Interna do Contrato
 - 4.3.1. A Função Social Interna do Contrato e a Dignidade da Pessoa Humana
 - 4.4. A Função Social Externa do Contrato
 - 4.4.1. O Contrato Ofensivo a Interesses Metaindividuais
 - 4.4.2. O Terceiro Ofendido
 - 4.4.3. O Terceiro Ofensor
 - 4.5. Estado da Arte
5. Justiça Contratual
 - 5.1. Noções Gerais
 - 5.2. O Equilíbrio Contratual
 - 5.2.1. A Lesão
 - 5.2.2. Da Alteração das Circunstâncias
 - 5.2.3. A Cláusula de Hardship

Capítulo IV

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Classificação Estrutural dos Contratos
 - 1.1. As Dicotomias Clássicas
 - 1.2. Classificações Tradicionais
 - 1.2.1. Contratos Bilaterais (Sinalagmáticos) e Unilaterais
 - 1.2.2. Contratos Onerosos e Gratuitos
 - 1.2.3. Contratos Comutativos e Aleatórios
 - 1.2.4. Contratos Consensuais e Reais
 - 1.2.5. Contratos Solenes e Não-Solenes
 - 1.2.6. Contratos Instantâneos e Contratos de Duração

- 1.2.7. Contratos Principais e Acessórios
- 1.2.8. Contratos Intuitu Personae e Impessoais
- 2. Classificação Funcional dos Contratos
 - 2.1. Classificações do Contrato Contemporâneo
 - 2.2. O Contrato de Consumo
 - 2.2.1. Os Três Sujeitos Contratuais
 - 2.2.2. Contratos Cíveis e Contratos de Consumo – Diálogo de Fontes
 - 2.2.3. Contratos Empresariais
 - 2.3. O Contrato de Adesão
 - 2.4. As Cláusulas Contratuais Gerais
 - 2.4.1. Noções Gerais
 - 2.4.2. Controle do Conteúdo das Cláusulas Contratuais Gerais
 - 2.5. O Contrato-Tipo
 - 2.6. Contratos Coletivos e Acordos Normativos
 - 2.7. Contratos Coativos e Necessários
 - 2.7.1. A Liberdade de Contratar
 - 2.7.2. A Obrigação de Contratar
 - 2.8. O Contrato Relacional
 - 2.9. O Contrato Eletrônico
 - 2.9.1. Noções Gerais
 - 2.9.2. Despersonalização do Contrato
 - 2.9.3. Desmaterialização do Contrato
 - 2.9.4. Desterritorialização do Contrato
 - 2.9.5. Desconfiança do Consumidor
 - 2.10. Contratos Cativos de Longa Duração
 - 2.11. Contratos Sob o Paradigma da Essencialidade
 - 2.11.1. Noções Gerais
 - 2.11.2. Evolução do Conceito de Bem Jurídico
 - 2.11.3. Evolução da Função do Patrimônio
 - 2.11.4. O Patrimônio Mínimo Existencial
 - 2.11.5. O Paradigma da Essencialidade
 - 2.11.6. O Bem de Família
 - 2.11.7. O Bem Mínimo Existencial
 - 2.11.8. A Ponderação Entre a Tutela do Bem Existencial e o Direito ao Crédito
 - 2.11.9. Os Limites à Aplicação dos Direitos Fundamentais nas Lides Envolvendo a Impenhorabilidade do Bem Imóvel Existencial
 - 2.11.10. A Lei n. 11.382/06 – Do Bem de Família aos Bens Mínimos Existenciais
 - 2.12. Contratos de Direitos da Personalidade
 - 2.12.1. Noções Gerais
 - 2.12.2. Contrato de Cessão de Uso de Imagem
 - 2.12.3. Contrato de Direitos Autorais
 - 2.12.4. Contrato de Casamento
 - 2.12.5. Os Esponsais
 - 2.12.6. Contrato de União Estável
 - 2.12.7. O Contrato de Namoro e seus Efeitos sobre a União Estável
- 3. Qualificação dos Contratos
 - 3.1. Qualificação e Classificação dos Contratos
 - 3.2. Contratos Típicos e Atípicos
 - 3.3. Contratos Mistos e Coligados
 - 3.4. As Redes Contratuais

Capítulo V

DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO

1. Introdução
2. Os Elementos Estruturais do Negócio Jurídico
3. A Posição Adotada pelo Código Civil de 2002
 - 3.1. A função interpretativa do Art. 113 do Código Civil
 - 3.2. O elemento consuetudinário na interpretação dos Contratos
 - 3.3. Interpretação dos Negócios Gratuitos
 - 3.4. Interpretação da Declaração Tácita de Vontade
4. Interpretação dos Contratos de Massa

Capítulo VI

CESSÃO DO CONTRATO

1. Noções Gerais
2. Requisitos
3. Efeitos
4. Distinções com Outros Modelos Jurídicos
5. O Subcontrato
 - 5.1. Noções gerais
 - 5.2. Distinção entre o Subcontrato e a Cessão Contratual

Capítulo VII

RELATIVIDADE DOS CONTRATOS

- 1 Estipulação em Favor de Terceiro
 - 1.1. Noções gerais
 - 1.2. Regime Jurídico
 - 1.3. O Pacto Sucessório e a Estipulação em Favor de Terceiro
2. Promessa de Fato de Terceiro
3. Contrato com Pessoa a Declarar
 - 3.1. Noções gerais
 - 3.2. Regime Jurídico

Capítulo VIII

EFETOS DOS CONTRATOS

1. Vícios Redibitórios
 - 1.1. Noções Conceituais
 - 1.2. Fundamentação Jurídica dos Vícios Redibitórios
 - 1.3. Requisitos para a Caracterização dos Vícios Redibitórios
 - 1.4. As Ações Edilícias
 - 1.5. Os Vícios Redibitórios no CDC
 - 1.6. A Desmaterialização dos Vícios Redibitórios
2. Evicção
 - 2.1. Noções Conceituais
 - 2.2. Fundamentação Jurídica da Garantia
 - 2.3. Elementos da Evicção
 - 2.3.1. Privação do Direito do Adquirente
 - 2.3.2. Preexistência do Direito do Terceiro
 - 2.3.3. Privação Judicial ou Extrajudicial
 - 2.4. Extensão da Garantia
 - 2.5. A Denúnciação da Lide

Capítulo IX

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

1. Noções Gerais
2. Extinção pelo Regular Cumprimento
 - 2.1. Extinção Normal do Contrato na Perspectiva da Obrigação Simples
 - 2.2. Extinção Normal do Contrato na Perspectiva da Obrigação Complexa
3. Extinção pela Inexistência e pela Invalidez
4. Extinção Pela Ineficácia
 - 4.1. A Cláusula Resolutiva
 - 4.2. A Cláusula de Arrependimento
 - 4.3. Resilição
 - 4.3.1. Distrato ou Resilição Bilateral
 - 4.3.2. Resilição Unilateral
 - 4.4. Rescisão
 - 4.5. Resolução
 - 4.5.1. Natureza da Resolução
 - 4.5.2. A Impossibilidade Superveniente da Prestação
 - 4.5.3. A Extinção dos Interesses Objetivos do Credor
 - 4.5.5. O Adimplemento substancial
 - 4.5.6. O Inadimplemento Antecipado
 - 4.5.7. O Cumprimento dos Deveres Anexos pelo Credor
 - 4.6. A Resolução por Alteração Superveniente das Circunstâncias
 - 4.7. A Resolução pela Frustração do Fim do Contrato
 - 4.8. Extinção por Morte de um dos Contratantes
5. A Exceção de Contrato não Cumprido
 - 5.1 Noções Gerais
 - 5.2. O Risco de Descumprimento
 - 5.3. A exceptio nos Contratos Administrativos

Parte II

CONTRATOS EM ESPÉCIE

Capítulo I

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

1. Noções Gerais e Quadro Evolutivo da Compra e Venda
2. Noções Conceituais e Natureza Obrigacional
3. Classificação do Contrato de Compra e Venda
4. Elementos Essenciais da Compra e Venda
 - 4.1. Generalidades
 - 4.2. Consentimento
 - 4.3. Preço
 - 4.4. Coisa (objeto da compra e venda)
5. Efeitos Jurídicos Decorrentes da Compra e Venda
 - 5.1. Prolegômenos
 - 5.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção
 - 5.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida
 - 5.4. Responsabilidade pelas despesas
6. Situações Especiais de Compra e Venda
 - 6.1. Noções gerais
 - 6.2. Venda por amostras
 - 6.3. Venda *ad corpus* e venda *ad mensuram*
7. Cláusulas Especiais (Adjetas) na Compra e Venda

- 7.1. Generalidades
- 7.2. Retrovenda
- 7.3. Venda a contento e venda sujeita à prova
- 7.4. Preempção ou preferência convencional
- 7.5. Reserva de domínio
- 7.6. Venda sobre documentos
8. Venda de Bens Públicos

Capítulo II

CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA

1. Prolegômenos Sobre a Troca ou Permuta
2. Noções Conceituais e Elementos Caracterizadores
3. Classificação do Contrato de Troca ou Permuta
4. A Permuta de Valores Desiguais (Permuta com Saldo)
5. Aplicação das Regras da Compra e Venda
6. Permuta de Bens Públicos

Capítulo II

CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO

1. Noções Conceituais Sobre a Venda por Consignação
2. Elementos Caracterizadores
3. Classificação
4. Natureza Jurídica da Obrigação do Consignatário: Obrigação Facultativa ou Alternativa?
5. Inversão da Teoria dos Riscos
6. O Desfazimento do Contrato Estimatório e a Proteção do Terceiro Adquirente de Boa-Fé
7. Causas Extintivas do contrato e os efeitos da eventual Falência do Consignatário

Capítulo IV

CONTRATO DE DOAÇÃO

1. Generalidades Sobre a Doação
2. Noções Conceituais e Características Fundamentais
3. Classificação do Contrato de Doação
4. A Promessa de Doação
5. Elementos Componentes do Contrato de Doação
 - 5.1. Prolegômenos
 - 5.2. O sujeito
 - 5.3. O objeto
 - 5.4. Mútuo consentimento
 - 5.5. Forma
6. Vedações Legais à Doação
 - 6.1. Noções gerais
 - 6.2. Proibição de doação universal
 - 6.3. Proibição de doação inoficiosa
 - 6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina)
 - 6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente
7. Situações Especiais de Doação
 - 7.1. Generalidades
 - 7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal)
 - 7.3. Doação remuneratória
 - 7.4. Doação mista
 - 7.5. Doação contemplativa ou meritória

- 7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa
- 7.7. Doação de ascendente para descendente
- 7.8. Doação para entidade futura
- 7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação propter nuptias)
8. Doação de Bens Públicos
9. Revogação da Doação
 - 9.1. A extinção da doação
 - 9.2. A Revogação da Doação
 - 9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação
 - 9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo
 - 9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário

Capítulo V

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO

1. Noções Conceituais Sobre o Empréstimo como uma Figura Contratual
2. O Comodato
 - 2.1. Noções conceituais
 - 2.2. Elementos caracterizadores do comodato
 - 2.3. Prazo do empréstimo
 - 2.4. Classificação do comodato
 - 2.5. Promessa de comodato (pactum de commodando)
 - 2.6. Obrigações do comodatário
 - 2.7. Obrigações do comodante
 - 2.8. Comodato de bem público
 - 2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato
 - 2.10. Extinção do comodato
3. O Mútuo
 - 3.1. Noções conceituais
 - 3.2. Elementos caracterizadores do mútuo
 - 3.3. Capacidade das partes envolvidas
 - 3.4. Classificação do mútuo
 - 3.5. Prazo do contrato de mútuo
 - 3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício)
 - 3.7. Extinção

Capítulo VI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Breve Introdução À Prestação de Serviços Humanos
2. Noções Conceituais da Prestação de Serviços e suas Características: os Confins Divisórios com os Contratos de Trabalho, de Empreitada e de Consumo
3. Classificação do Contrato de Prestação de Serviços
4. Objeto da Prestação de Serviços
5. Remuneração do Prestador de Serviços
 - 5.1. Generalidades
 - 5.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz
 - 5.3. Remuneração acima do décuplo do salário mínimo e a necessidade de prova escrita
 - 5.4. Periodicidade da remuneração
 - 5.5. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente
6. Prazo de Duração da Prestação de Serviços
7. Aliciamento do Prestador de Serviços
8. Obrigações Recíprocas na Prestação de Serviços

9. Competência da Justiça do Trabalho para Dirimir Conflitos Decorrentes da Prestação de Serviços

10. Extinção do Contrato de Prestação de Serviços e o Direito à Certificação

Capítulo VI

CONTRATO DE EMPREITADA

1. Prolegômenos Sobre a Empreitada

2. Noções Conceituais Sobre a Empreitada e Distinções Relevantes

2.1. Tentativa Conceitual

2.2. O objeto da empreitada

2.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista

3. Classificação do Contrato de Empreitada, a Possibilidade de Subempreitada e os Efeitos da Morte do Empreiteiro

4. Espécies de Empreitada

4.1. Generalidades

4.2. Empreitada de labor ou de mão de obra

4.3. Empreitada de materiais ou mista

4.4. Empreitada por administração

4.5. Engineering

5. O Preço da Empreitada

5.1. Noções gerais sobre o preço

5.2. Espécies de empreitada em relação ao preço

5.3. Empreitada por preço determinado

5.4. Empreitada por unidade de medida

6. O Recebimento da Obra

7. Prazo de Garantia e Responsabilidade do Empreiteiro

7.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário

7.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista

7.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído)

8. Competência Judicial para Processar e Julgar Eventuais Conflitos Decorrentes da Empreitada

9. Proteção do Direito Autoral ao Projeto de Construção

10. Suspensão do Contrato de Empreitada

11. Extinção do Contrato de Empreitada

Capítulo VIII

CONTRATO DE DEPÓSITO

1. Generalidades Sobre o Depósito

2. Noções Conceituais e Características Fundamentais

3. Classificação do Contrato de Depósito

4. Objeto do Depósito

5. Espécies de Depósito

6. Aplicação da Teoria dos Riscos

7. Obrigações das Partes

7.1. Obrigações do depositante

7.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito

8. A Situação Atual da Prisão Civil do Depositário Infiel (O Controle de Convencionalidade do Art. 652 do Código Civil)

Capítulo IX

CONTRATO DE MANDATO

1. Prolegômenos Sobre o Mandato
2. Noções Conceituais e Características Fundamentais
3. Distinções Fundamentais: O Mandato, A Representação e a Procuração
4. Classificação do Contrato de Mandato
5. Objeto do Contrato de Mandato
6. Sujeitos do Contrato de Mandato
 - 6.1. Generalidades
 - 6.2. Mandato conjunto ou simultâneo
 - 6.3. Responsabilidade solidária no mandato
7. O Substabelecimento
8. Atuação das Partes (Mandante e Mandatário)
 - 8.1. Obrigações do mandante
 - 8.2. Obrigações do mandatário
 - 8.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário
9. Mandato e Terceiros de Boa-Fé (O Mandato Aparente)
10. Espécies de Mandato
11. Irrevogabilidade do Mandato
12. Mandato em Causa Própria
13. Extinção do Contrato de Mandato

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS